



*PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos*

**EMPRECAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**



## **PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**



**JULHO 2023**



*PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos*

**EMPRECAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**



## **EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**



**MARLON SCHNEIDER FAUSTO – CONSULTORIA**  
**CNPJ 35.465.727/0001-29**

## SUMÁRIO

|         |   |    |
|---------|---|----|
| 1.      | Identificação da Empresa .....                                  | 2  |
| 2.      | Introdução .....  | 4  |
| 3.      | Objetivo .....  | 5  |
| 4.      | Responsabilidade .....  | 6  |
| 5.      | Riscos Ambientais .....   | 7  |
| 6.      | Estratégias e metodologia de avaliação .....                    | 8  |
| 7.      | Etapas .....  | 8  |
| 8.      | Definição de Inventário de Riscos .....                         | 9  |
| 9.      | Práticas de Prevenção de Acidentes de Trabalho .....            | 10 |
| 10.     | Matriz Qualitativa de Riscos .....                              | 12 |
| 11.     | Considerações Finais .....                                      | 13 |
| 12.     | Identificação dos Setores e das Funções .....                   | 13 |
| 13.     | Descrições das Funções .....                                    | 13 |
| 13.1.   | Coletor .....   | 13 |
| 13.2.   | Auxiliar de Limpeza .....                                       | 13 |
| 14.     | Avaliação Qualitativa/Quantitativa – Quadro de Medições .....   | 14 |
| 15.     | Metodologia e Procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo ..... | 15 |
| 15.1.   | Avaliação do Agente Nocivo Ruído .....                          | 15 |
| 15.1.1. | Equipamentos Utilizados .....                                   | 15 |
| 15.2.   | Avaliação dos Agentes Biológicos .....                          | 15 |
| 16.     | Cronograma de Ações do PGR .....                                | 17 |
| 17.     | Responsável Técnico .....                                       | 18 |

## **PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **1. Identificação da Empresa**

**Razão social:** EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

**Endereço:** RUA ANTONIO ALVES VAZ N° 437, ALTO ALEGRE,  
CATANDUVAS – PR

**Fone:** (45) 99822 - 8996

**CNPJ:** 77.108.330/0001-20

**Atividade Principal:** SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E  
RECEPÇÕES – BUFÊ.

**CNAE:** 56.20-1-02

**Grau de Risco:** 02

**Validade:** Julho de 2023 à Junho de 2024.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS  
PALMEIRAS**

## 2. Introdução

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), tem características essencialmente preventivas, a melhoria das condições ambientais de trabalho, não apenas atendendo um requisito legal, mas como melhoria na qualidade de trabalho e vida de seus colaboradores, através da antecipação, reconhecimento, caracterização e monitoramento dos perigos e fatores de riscos relacionados às suas atividades. No escopo da NR-01 consideram-se riscos ambientais, os agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos/Acidentes existentes no ambiente de trabalho, os quais estejam em concentração ou intensidade acima dos limites de exposição ou dos níveis de ação.

Os níveis de ação representam efetivamente o caráter preventivo da norma buscando corrigir os agentes de risco na sua forma ainda incipiente. Este documento está estruturado de acordo com a NR-01 e contém todas as etapas do programa, dando ênfase aos aspectos legais, mostrando as responsabilidades do empregador e do empregado perante o programa e procedimentos que deverão ser seguidos, desde o planejamento anual e o cumprimento dos prazos das etapas conforme o cronograma.

O PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), está sob responsabilidade da empresa, a qual deverá estabelecer, implementar e assegurar o complemento do Programa de Gerenciamento de Riscos, como atividade permanente. As ações do PGR devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) é também parte integrante de um conjunto mais amplo das iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, estando este articulado com o disposto nas demais Normas Regulamentadoras (NR's), em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), previsto na NR-07.

### 3. Objetivo

O Programa de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo a implantação de um programa que busca preservar a vida e evitar danos físicos e psíquicos às pessoas, como também a necessidade de se manter sob controle todos os agentes ambientais, com monitoramentos periódicos, levando-se em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Busca evitar danos a propriedade e a paralisação no serviço, através da antecipação, identificação de fatores de risco, avaliação e consequente controle dos riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, as empresas poderão estabelecer critérios de pré-seleção de quais riscos ou de quais medidas de controle serão mais adequados e propícios para sua realidade.

O PGR objetiva o reconhecimento e a reavaliação dos riscos ambientais nos diversos setores de trabalho da empresa, bem como o planejamento das ações prioritárias visando a eliminação ou, pelo menos, a redução desses riscos.

Oferecer auxílio ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, para que sejam tomadas ações visando à realização de um planejamento de avaliações médicas direcionadas à identificação e quantificação de eventuais alterações do estado de saúde do trabalhador, assim preservando a saúde e a integridade física dos trabalhadores.

Contudo vale ressaltar que é inerente a este Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, o processo de melhoria contínua pelo acompanhamento e monitoramento periódico das medidas já existentes e das que foram propostas.



## 4. Responsabilidade

### DO EMPREGADOR

- A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades.
- O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.
- A critério da organização, o PGR pode ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade.
- O PGR pode ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas nesta NR e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho.
- O PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho.
- A organização deve:
  - a) evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
  - b) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
  - c) avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
  - d) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
  - e) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na NR 01, alínea “g” do subitem 1.4.1;
  - f) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

### DOS TRABALHADORES

- Os trabalhadores têm como responsabilidade colaborar e participar na implantação e execução do PGR.
- Seguir as orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR.
- Informar ao seu superior hierárquico direto as ocorrências que, a seu julgamento, possam implicar em riscos à saúde dos trabalhadores.



## 5. Riscos Ambientais

Consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos, biológicos ergonômicos e mecânicos/acidentes, existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

**AGENTES FÍSICOS:** Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom.

**AGENTES QUÍMICOS:** Consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

**AGENTES BIOLÓGICOS:** Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros.

**RISCO ERGONÔMICO:** É todo fator que possa interferir nas características psicofisiológicas do trabalhador, causando desconforto ou afetando sua saúde. São exemplos de risco ergonômicos levantamento de peso, ritmo excessivo de trabalho, monotonia, repetitividade, postura inadequada de trabalho.

**RISCOS MECÂNICOS/ACIDENTES:** Ocorrem em função de condições impróprias do ambiente físico e do processo de trabalho, capazes de provocar lesões ou que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes. Exemplos: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, entre outros.

## 6. Estratégias e metodologia de avaliação

A organização deve avaliar os riscos ocupacionais relativos aos perigos identificados em seu(s) estabelecimento(s), de maneira à disponibilizar informações para adoção de medidas de prevenção. Para cada risco deve ser indicado o nível de risco ocupacional, determinado pela combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência.

A organização deve selecionar as ferramentas e técnicas de avaliação de riscos que sejam adequadas ao risco ou circunstância em avaliação, a gradação da severidade das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta a magnitude da consequência e o número de trabalhadores possivelmente afetados e a magnitude deve levar em conta as consequências de ocorrência de acidentes ampliados.

A gradação da probabilidade de ocorrência das lesões ou agravos à saúde deve levar em conta:

- a) Os requisitos estabelecidos em Normas Regulamentadoras;
- b) As medidas de prevenção implementadas;
- c) as exigências da atividade de trabalho; e
- d) a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na NR-09.

## 7. Etapas

A primeira etapa é aquela voltada a elaboração e implementação com a antecipação dos riscos ambientais, o que chamamos de “prevenção” ou mesmo antevisão dos possíveis riscos a serem detectados durante uma análise preliminar de risco de uma determinada atividade ou processo.

A antecipação deverá então envolver a análise do projeto de novas instalações, métodos ou processos de trabalho, ou de modificações daqueles já existente, visando identificar os riscos potenciais e a introduzir medidas de proteção para a sua redução ou eliminação.

A Próxima etapa do programa se refere ao reconhecimento dos riscos existentes nos locais de trabalho:

- Estabelecimento de prioridades, metas e cronogramas;
- Avaliação dos fatores de risco e da exposição dos trabalhadores;
- Acompanhamento das medidas de controle implementadas;



- Monetização da exposição aos fatores de risco;
- Registro e Manutenção dos dados por, no mínimo anos e,
- Avaliação periódica do programa.

O principal objetivo da caracterização básica é tornar o profissional familiarizado com o processo de trabalho, coleta de informações e identificação dos riscos reais e potenciais, além de servir de subsídio para as avaliações qualitativas e quantitativas.

As avaliações qualitativas são aquelas empregadas para se obter resultados de como o processo de trabalho está interagindo com os demais, qual implicação ou efeito está gerando subentende-se aqui que está interação não é apenas material, mas também humana, lembramos que o ser-humano deve ser o principal beneficiado com essas mudanças e alterações.

A avaliação quantitativa é o subsídio primordial, para se obter o grau ou a toxicidade a que o empregado está exposto, muitas vezes tais avaliações serão necessárias para se determinar qual medida é a mais adequada a ser adotada.

A próxima etapa, das medidas de controle, é aquela que visa eliminar, minimizar ou controlar os riscos levantados nas etapas anteriores, adotar medidas preventivas onde haja probabilidade de ultrapassagem dos limites de exposição ocupacional e monitoramento periódico.

As medidas de controle propostas devem ser sempre de comum acordo com os responsáveis pela produção e os profissionais da área de Segurança e Medicina do Trabalho, o monitoramento da exposição aos riscos, ao qual deverá ser feito pelo menos uma vez ao ano, juntamente com o balanço anual do Programa de Gerenciamento de Riscos, ou sempre que necessário, quando houver mudança de processo, de equipamentos, maquinário e atividades.

## **8. Definição de Inventário de Riscos**

O Inventário de Risco trata-se de um documento que serve como base do PGR, onde todos os riscos devem ser mapeados e devidamente avaliados.

No inventário de riscos do PGR, o conteúdo mínimo apresentado deve conter:

- Riscos de acidentes de trabalho: exposição à altura, espaços confinados, uso de energia elétrica, máquinas, veículos etc.;
- Riscos de incêndio e explosão: atmosferas explosivas, deficiências de oxigênio e ventilação;
- Proteção respiratória: considerando os monitoramentos técnicos;
- Riscos ergonômicos: ergonomia e organização do trabalho;

- Riscos ambientais: agentes químicos, físicos e biológicos;
- Plano de emergência: abordagem em cenários de risco;
- Investigação e análise de acidentes de trabalho;
- Equipamentos de proteção individual.

## **9. Práticas de Prevenção de Acidentes de Trabalho**

### **PRÁTICA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES**

A investigação de acidentes, quando bem conduzida, é uma das boas fontes de informação para a segurança do trabalho, os acidentes que mais se interessa investigar são os que causam lesões às pessoas.

Alguns erros de interpretação e de avaliação não permitem que muitas pessoas reconheçam todas as vantagens das investigações de acidentes, as investigações de acidentes devem ser processadas em seu ciclo completo, isto é, desde as primeiras informações da ocorrência até a tomada de medidas para prevenir outras ocorrências semelhantes.

As informações devem se iniciar com as informações sobre as lesões, fornecidas pelo serviço médico e se possível, com algumas palavras trocadas com o acidentado, além de dados pessoais e profissionais relativos ao acidentado, dados relativos à lesão sofrida e outros que identifiquem local, hora, etc. do acidente, devem constar do relatório as causas apuradas e o que é mais importante, também as medidas tomadas para prevenir outros casos semelhantes, controles estatísticos dos acidentes devem ser mantidos, de preferência simples e com todos os dados capazes de proporcionar motivação para a prática de prevenção de acidentes.

### **ANÁLISE DE ACIDENTES**

É fundamental diante de um acidente ocorrido, a busca de suas causas e a proposição de medidas para que acidentes semelhantes podem ser evitados. O acidente de trabalho, quanto a sua consequência, classifica-se em:

**Acidentes com Afastamento:** É o acidente que provoca incapacidade para o trabalho ou morte do acidentado, podendo resultar:

- a) Morte;
- b) Incapacidade temporária; e
- c) Incapacidade permanente (parcial ou total);



**Incapacidade Parcial e Permanente:** É a diminuição, por toda a vida para o trabalho.

a) Ex. Perda de um dos olhos ou dedos.

**Incapacidade Total Permanente:** É a invalidez incurável para o trabalho.

**Acidentes sem Afastamento:** É o acidente em que o acidentado pode exercer a função normal no mesmo dia do acidente, ou seja, acidente capacitado.

## **COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES**

É obrigação legal, assim que houver um acidente, o acidentado ou qualquer pessoa, fazer a comunicação do acidente logo que se dê a ocorrência, convém lembrar que nem todos os acidentes ocorrem no recinto da empresa. A empresa por sua vez faz a comunicação ao INSS.

O acidentado deve comunicar ao SESMT a ocorrência, para que se possa tomar todas as providências legais e sua investigação.

## **REGISTRO DE ACIDENTES**

Assim como nas empresas existem preocupações com controles de qualidade, de produção, de estoques, etc., deve existir também igual ou maior interesse com os acidentados.

Os acompanhamentos da variação na ocorrência de informação exigem que se façam registros cuidadosos sobre acidentes. Os registros podem colocar em destaque a situação dos acidentes por setores, por mês, função, idade etc.

Através dos registros, monta-se as estatísticas de acidentes de que vem satisfazer às exigências legais. Prevenir acidentes significa, principalmente, atuar antes de sua ocorrência o que significa identificar e eliminar riscos nos ambientes de trabalho.

## **INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES**

Uma das principais funções da CIPA é prevenir acidentes. Porém quando estes ocorrem, cabe a CIPA estudar as causas, circunstâncias e consequências, ou participar destes estudos.

**OBJETIVO:** Descobrir as causas, estudá-las e propor medidas que as eliminem, evitando sua repetição.

## **NAS INVESTIGAÇÕES DEVEMOS IDENTIFICAR:**

### Agente do Acidente:

É a máquina, o local, o equipamento que se relaciona diretamente com o dano físico. Há 03 tipos de riscos que podem ser agentes de acidentes:

- Riscos locais: piso escorregadio;
- Riscos ambientais: proveniente de agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos;
- Riscos operacionais: ferramentas com defeito ou mal estado de conservação;

### Fonte de Lesão:

É o objeto, o material, a matéria-prima, a substância, a espécie de energia que entrando em contato com a pessoa, provoca a lesão.

É o local da máquina que bate, numa parte do corpo do trabalhador.

A descarga elétrica, um respingo de ácido o estilhaço, o piso escorregadio, etc.

Na investigação do acidente, a análise da causa da lesão terá muito valor, porque ficará muito fácil a identificação dos atos inseguros cometidos ou da condição insegura existente.






## 10. Matriz Qualitativa de Riscos

A matriz de riscos é a base para a caracterização dos riscos ocupacionais a que os funcionários estão expostos durante o desempenho de suas atividades laborais.

A figura abaixo, demonstra a matriz de riscos utilizada para a elaboração desse PGR.

| Matriz Qualitativa de Risco |                | Consequência |          |       |         |         |
|-----------------------------|----------------|--------------|----------|-------|---------|---------|
|                             |                | Desprezível  | Marginal | Média | Crítica | Extrema |
| Probabilidade               | Quase Certo    |              |          |       |         |         |
|                             | Provável       |              |          |       |         |         |
|                             | Possível       |              |          |       |         |         |
|                             | Pouco Provável |              |          |       |         |         |
|                             | Rara           |              |          |       |         |         |

|   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
|  |  |  |  |  |
| Intolerável   | Substancial   | Moderado  | Aceitável   | Trivial   |



## 11. Considerações Finais

O presente Programa de Gerenciamento de Riscos, apresenta as medidas tomadas pela empresa, com relação à prevenção de acidentes do trabalho e melhoria das condições ambientais.

## 12. Identificação dos Setores e das Funções

| SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS |                     |  |
|------------------------|---------------------|--|
| SETOR/GHE              | FUNÇÕES             |  |
| COLETA                 | Coletor             |  |
| LIMPEZA                | Auxiliar de Limpeza |  |

## 13. Descrições das Funções

### 13.1. Coletor

- Realiza a coleta de lixo domiciliar no perímetro municipal;
- Realiza atividades de natureza operacional a fim de executar serviços em ambiente externo, com as ações operativas de varrer, limpar, lavar, transportar, carregar, levantar e capinar, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Administração Municipal.

### 13.2. Auxiliar de Limpeza

- Realizar serviços de limpeza e conservação das áreas internas dos prédios públicos;
- Controlar e conservar o mobiliário, equipamentos e materiais;
- Auxiliar na manutenção da disciplina, da ordem e limpeza em geral;
- Executar outras tarefas relacionadas com sua área de atuação, que forem determinadas pela chefia imediata, e outras atividades afins.



**PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos**  
**EMPRECAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**

## 14. Avaliação Qualitativa/Quantitativa – Quadro de Medições

Setor: COLETA

Máquinas/Equipamentos: N.A.

Características Físicas: O funcionário desempenha as suas atividades em todo perímetro do município.

| FUNÇÕES DO GHE |                                     | - Coletor.   |                              |          |   |  |       |         |          |
|----------------|-------------------------------------|--|------------------------------|----------|---|--|-------|---------|----------|
| PERIGO         | CIRCUNSTÂNCIA                       | FATOR DE RISCO   | INTENSIDADE/<br>CONCENTRAÇÃO | LIMITE   | CONSEQUÊNCIAS                                       | MEDIDAS DE<br>CONTROLE   | PROB. | GRAVID. | SEVERID. |
| Físico         | No desempenho da função             | Ruído  | 73 dB(A)                     | 85 dB(A) | N.A.  | N.A.   | 2     | M       | Média    |
|                | Durante o trabalho a céu aberto     | Radiação Não Ionizante   | Qualitativa                  | N.A.     | Doenças de pele                                     | Protetor Solar com Fator FPS 30 e Óculos de Segurança com Proteção UV. | 2     | M       | Média    |
| Biológico      | Durante o desempenho das atividades | Vírus, bactérias e protozoários.                                 | Qualitativa                  | N.A.     | Infecções e doenças causadas por vírus e bactérias. | Treinamento sobre uso correto dos EPIs conforme NR 06.                 | 2     | S       | Crítica  |
| Acidente       | Durante as atividades               | Queda de mesmo nível e desnível e acidentes com perfurocortantes | Qualitativa                  | N.A.     | Lesões generalizadas                                | Fornecimento de EPI's, realizar o controle em ficha de entrega.        | 4     | M       | Média    |
| Ergonômico     | Trabalho em pé                      | Postura Inadequada   | Qualitativa                  | N.A.     | Dores nos membros superiores e inferiores           | Ginástica laboral  | 2     | M       | Média    |





## **15. Metodologia e Procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo**

Foram observadas as Normas Regulamentadoras (Capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho), aprovadas pela Portaria 3.214 de 08 de julho de 1978, considerando os limites de tolerância definidos nestas Normas e avaliações procedidas segundo as metodologias e procedimentos recomendados pelas Normas de Higiene Ocupacional – NHO da FUNDACENTRO.

### **15.1. Avaliação do Agente Nocivo Ruído**

A avaliação do agente Ruído foi realizada de acordo com a metodologia e procedimentos definidos pelo NHO – 01 da FUNDACENTRO, com as fórmulas ajustadas com o incremento de duplicidade da dose igual a 5 e os limites de tolerância definidos no Anexo I da NR 15 do MTE.

#### **15.1.1. Equipamentos Utilizados**

Os equipamentos utilizados para realizar as amostragens de ruído foram o audiodosímetro SmartdB da marca Chrompack.

As avaliações foram representativas nas condições reais de exposição ocupacional de cada grupo homogêneo de trabalhadores, cobrindo todas as condições operacionais e ambientais habituais, que envolvem os trabalhadores no exercício das suas funções, após a repetição de vários ciclos de exposição durante a jornada de trabalho (os ciclos de trabalho foram determinados pela observação das atividades desenvolvidas, entrevistas com trabalhadores e informações da gerência dos setores).

Antes de iniciar as medições verificou-se a integridade eletromecânica e coerência das leituras do instrumento, realizando a calibração de acordo com as orientações do fabricante com o respectivo calibrador acústico.

### **15.2. Avaliação dos Agentes Biológicos**

De acordo com a legislação previdenciária, consideram-se agentes biológicos: bactérias, fungos, protozoários, parasitas, vírus e outros que tenham a capacidade de causar doenças ou lesões em diversos graus nos seres humanos e que podem ser chamados de patógenos.

Na legislação trabalhista, segundo a portaria 3.214, de 1978, do TEM, em sua NR 09, consideram agentes biológicos bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários,

vírus entre outros. E de acordo com a NR 32 da portaria acima referida, agentes biológicos são microrganismos, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.

A avaliação dos agentes biológicos é realizada de forma Qualitativa de acordo com a NR 15, anexo XIV da portaria 3.214, de 1978, do MTE.



**PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos  
EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**16. Cronograma de Ações do PGR**

| Nº | AÇÃO  | META                           | PRIORIDADE | SIT. | PLANEJADO |         | REALIZADO |  | RESPONSÁVEL |
|----|---|--------------------------------|------------|------|-----------|---------|-----------|--|-------------|
| 1  | Conforme NR 01 DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS - o empregador deve elaborar Ordens de Serviço dando ciência aos funcionários à respeito dos riscos no ambiente de trabalho.   | Elaborar as Ordens de Serviços | Média      | N    | 09/2023   | 12/2023 |           |  |             |
| 2  | Conforme NR 07 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ocorre obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. | Atualizar o PCMSO              | Alta       | C    | 09/2023   | 12/2023 |           |  |             |

**Legenda:** A = Andamento; N = Não Iniciada; C = Concluída





## 17. Responsável Técnico

**Responsável Técnico:** MARLON SCHNEIDER FAUSTO

**Formação:** ENGENHEIRO QUÍMICO E DE SEGURANÇA DO TRABALHO

**Conselho/Reg.:** CREA PR – 91.592/D

**ART nº:** 1720226192192

**Endereço:** AV. TARUMÃ N° 2290, CENTRO, QUEDAS DO IGUAÇU – PR

**Fone:** (46) 99970 – 0022

**E-mail:** [marlon\\_quedas@yahoo.com.br](mailto:marlon_quedas@yahoo.com.br)

**NIT (PIS/PASEP):** 130.28145.53-6

**São José das Palmeiras, 31 de julho de 2023.**

MARLON  
SCHNEIDER FAUSTO  
CONSULTORIA:3546  
5727000129

Assinado de forma digital por  
MARLON SCHNEIDER FAUSTO  
CONSULTORIA:354657270001  
Dados: 2023.08.07 13:27:06  
+03'00'

**Marlon Schneider Fausto**  
**Engenheiro de Segurança do Trabalho**  
**CREA PR – 91.592/D**



# Anexos



1. Responsável Técnico

**MARLON SCHNEIDER FAUSTO**

Título profissional:

**ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Empresa Contratada: **MARLON SCHNEIDER FAUSTO 04633658956**

RNP: **1703140834**

Carteira: **PR-91592/D**

Registro/Visto: **71281**

2. Dados do Contrato

Contratante: **EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI**

CNPJ: **77.108.330/0001-20**

RUA ANTONIO ALVES VAZ, 437

ALTO ALEGRE - CATANDUVAS/PR 85470-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 01/11/2022

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RODOVIA PR 471, S/N

PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS ZONA RURAL - CATANDUVAS/PR 85470-000

Data de Início: 02/03/2023

Previsão de término: 02/06/2023

Proprietário: **EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI**

CNPJ: **77.108.330/0001-20**

4. Atividade Técnica

[Laudo] de periculosidade

Quantidade

Unidade

1,00 UNID

[Laudo] de insalubridade

1,00 UNID

[Laudo] de laudo de condições ambientais de trabalho - LTCAT

1,00 UNID

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

A visita será realizada na PFCAT no dia 02/03/2023 acompanhada pelo Ag. Matheus Henrique Bovetto Vitorino.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARLON SCHNEIDER FAUSTO, registro Crea-PR PR-91592/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 01/03/2023 e hora 14h43.

EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI - CNPJ: 77.108.330/0001-20

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br).
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br) ou [www.confex.org.br](http://www.confex.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

Central de atendimento: 0800 041 0067



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 96,62

Registrada em : 01/03/2023

Valor Pago: R\$ 96,62

Nosso número: 2410101720231099758



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná







República Federativa do Brasil  
Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná



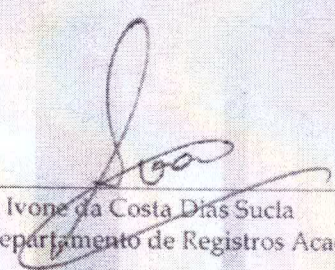
# Certificado de Especialização

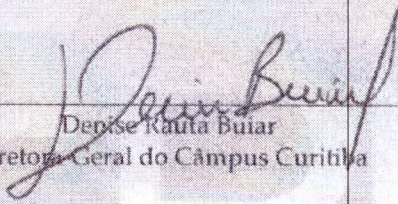
A Diretora-Geral do Câmpus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná concede este certificado a

**Marlon Schneider Fausto**

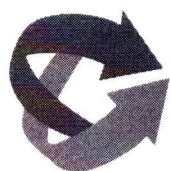
portador do documento de identidade 60506698/PR, inscrito no CPF 046.336.589-56, por ter concluído o **Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho**, em nível de Pós-Graduação *lato sensu*, ministrado por esta Universidade, em conformidade com a Resolução nº 01, de 08 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação e com a Deliberação nº 05/2002, de 09 de agosto de 2002, do Conselho Universitário da UTFPR.

Curitiba, 12 de dezembro de 2013.

  
Ivone da Costa Dias Sucla  
Chefe do Departamento de Registros Acadêmicos

  
Denise Rauta Buiar  
Diretora-Geral do Câmpus Curitiba



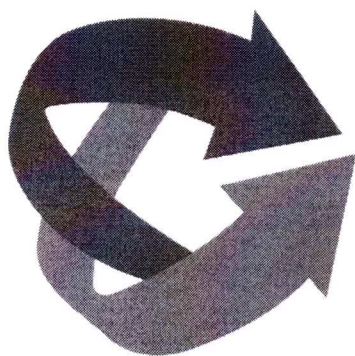


**EMPREGAT**  
Serviços Terceirizados

*PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde  
Ocupacional*

*EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO*

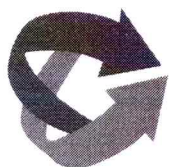
## **PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**



**EMPREGAT**  
Serviços Terceirizados

**JULHO 2023**





**EMPRECAT**  
Serviços Terceirizados

*PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde  
Ocupacional*

**EMPRECAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**

## **EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**



**MARLON SCHNEIDER FAUSTO – CONSULTORIA**  
**CNPJ 35.465.727/0001-29**

## SUMÁRIO

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1.    | IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA .....                                | 2  |
| 2.    | INTRODUÇÃO .....  | 4  |
| 3.    | OBJETIVOS .....   | 5  |
| 4.    | RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS .....                        | 6  |
| 4.1.  | Cabe ao Empregador.....                                       | 6  |
| 4.2.  | Cabe ao Empregado.....  | 6  |
| 4.3.  | Cabe à Chefia Imediata .....                                  | 6  |
| 4.4.  | Coordenação do PCMSO .....                                    | 7  |
| 5.    | PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PCMSO .....                         | 7  |
| 6.    | OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PCMSO ..... | 8  |
| 7.    | PROGRAMAÇÃO DOS EXAMES .....                                  | 8  |
| 7.1.  | Exame Admissional .....                                       | 8  |
| 7.2.  | Exame Periódico.....  | 9  |
| 7.3.  | Retorno ao Trabalho .....                                     | 9  |
| 7.4.  | Mudança de Função .....                                       | 9  |
| 7.5.  | Demissional .....   | 9  |
| 8.    | EXAMES COMPLEMENTARES .....                                   | 10 |
| 9.    | PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE .....          | 10 |
| 10.   | CUIDADOS COM A SAÚDE DO TRABALHADOR.....                      | 11 |
| 11.   | PRIMEIROS SOCORROS.....                                       | 11 |
| 12.   | ACIDENTES DE TRABALHO .....                                   | 12 |
| 13.   | ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL .....                           | 13 |
| 14.   | EMIÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO (CAT): .....   | 14 |
| 15.   | RELATÓRIO ANUAL .....   | 14 |
| 15.1. | Objetivo.....   | 14 |
| 15.2. | Condições específicas .....                                   | 14 |
| 15.3. | Considerações .....   | 15 |
| 16.   | PROGRAMAÇÃO DE EXAMES .....                                   | 16 |
| 17.   | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                     | 18 |
| 18.   | RESPONSÁVEL TÉCNICO .....                                     | 19 |



## **PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

**Razão social:** EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

**Endereço:** RUA ANTONIO ALVES VAZ N° 437, ALTO ALEGRE,  
CATANDUVAS – PR

**Fone:** (45) 99822 - 8996

**CNPJ:** 77.108.330/0001-20

**Atividade Principal:** SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E  
RECEPÇÕES – BUFÊ.

**CNAE:** 56.20-1-02

**Grau de Risco:** 02

**Validade:** Julho de 2023 à Junho de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS  
PALMEIRAS**



## 2. INTRODUÇÃO

Crescentes modificações no que tange aos aspectos legais do Ministério do Trabalho, nos levaram a elaborar este Programa de Saúde Ocupacional no intuito de orientar o trabalhador na compreensão da promoção da saúde e consequente prevenção de doenças.

Este programa visa aprimorar as condições de saúde e trabalho, com as devidas orientações e conscientização a respeito da proteção coletiva e individual do trabalhador, na busca incessante de uma interação Empresa/Saúde/Trabalhador.

O Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, visando modernizar as medidas preventivas na área de saúde ocupacional, emitiu a portaria nº 24 (D.O.U. 30.12.94) dando nova denominação e redação à norma regulamentadora-7 (NR-7), que trata entre outros dos exames médicos ocupacionais dentro da prática da medicina do trabalho.

Esta norma estabelece “parâmetros mínimos e diretrizes gerais” a serem observados na execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e na elaboração obrigatória em todas as empresas ou instituições que venham a admitir trabalhadores como empregados”.

Esta NR-07, antes denominada de exames médicos, cria a figura do médico coordenador responsável pela elaboração e/ou execução do PCMSO.

Esta nova redação traz uma preocupação com a promoção e prevenção da saúde dos trabalhadores, com atenção especial a função desenvolvida e os riscos à saúde dos mesmos em uma empresa.

### 3. OBJETIVOS

Tendo por base a legislação vigente, este programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional –PCMSO tem os seguintes objetivos:

Permitir o controle preventivo dos riscos à saúde, inerentes ou não à atividade profissional, através de avaliações periódicas e sistematizadas;

Diagnosticar precocemente os agravos à saúde dos funcionários, relacionados ao trabalho (tais como as doenças profissionais ou ocupacionais) ou não, durante a realização dos exames ocupacionais, permitindo a efetivação de condutas de controle de seus efeitos e evolução;

Possibilitar a disseminação de informação, orientando quanto aos riscos e práticas de prevenção;

Buscar a melhor relação homem x trabalho;

Implementar programas de promoção de saúde e qualidade de vida.



## **4. RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS**

### **4.1. Cabe ao Empregador**

Garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

Custear, sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO, ou requeridos pelo Médico Coordenador do PCMSO;

No caso de a empresa estar desobrigada de manter Médico do Trabalho, empregado ou não da empresa, para coordenar o PCMSO;

Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;

Informar aos trabalhadores os riscos profissionais a que estão expostos nos locais de trabalho e os meios para prevenir e neutralizar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa.

### **4.2. Cabe ao Empregado**

Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;

Usar o EPI fornecido pelo empregador;

Realizar os exames médicos previsto neste Programa;

Colaborar com a empresa na aplicação das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho.

### **4.3. Cabe à Chefia Imediata**

Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;

Supervisionar o uso de EPI fornecido pelo empregador;

Auxiliar e facilitar a realização dos exames médicos previstos neste programa;

Colaborar com a empresa na Aplicação das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho;

Liberar o Servidor para realizar os exames médicos previsto nas Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho conforme orientação do Médico Coordenador do PCMSO;

Encaminhar o servidor para avaliação médica em caso de queixas e/ou afastamento frequentes;



Escolher ou nomear o Médico do Trabalho que será o Coordenador Responsável pelo PCMSO.

#### **4.4. Coordenação do PCMSO**

Ficam desobrigadas de indicar médicos coordenador as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo o quadro da I da NR 4, com até 25 (Vinte e cinco) empregados e aquelas de grau de risco 3 e 4, com até 10 (dez empregados).

### **5. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PCMSO**

A Saúde Ocupacional vem se tornando cada vez mais importante em todo o mundo principalmente nos centros de maior desenvolvimento empresarial.

No Brasil, as questões referentes à saúde ocupacional tendem a se tornar cada vez mais centrais na vida das empresas. Isto se deve, não apenas às Normas da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho e Emprego, entre as quais se encontra a de número 7, que regulamenta o PCMSO, mas principalmente, aos movimentos que se assevera, rapidamente nas pendências jurídicas relacionadas a acidentes do Trabalho e a doenças ocupacionais. Processos criminais por lesões corporais, processos indenizatórios nas varas cíveis e processos previdenciários recursivos tendem a complicar a vidas das empresas, ameaçando, inclusive, sua viabilidade econômica, principalmente para aquelas de menor porte.

A única alternativa que se apresenta no momento é a preventiva, através, não apenas do cumprimento das Normas da Portaria 3.214, como, principalmente, pela adoção de medidas eficientes no campo da saúde ocupacional. Somente dessa maneira podem-se cumprir as Normas do Ministério do Trabalho como, no caso, a da NR 7. Relativa ao PCMSO, e construir defesas jurídicas que possibilitem a sobrevivência das empresas. A importância da implantação deste programa pode ser verificada sob três aspectos:

- Preservar a saúde do trabalhador;
- Colaborar com a participação das empresas nas melhores posições do mercado globalizado;
- Propiciar defesas jurídicas eficientes contra-ataques naquele que parece estar se tornando um dos principais campos de combate entre capital e trabalho no Brasil: a Saúde Ocupacional.

## **6. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PCMSO**

O Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, quando bem executado tende a trazer uma série de benefícios para a relação empregado x empregador. Alguns deles são: a diminuição do absenteísmo, melhoria da produtividade, melhoria da qualidade do trabalhador. Esses Objetivos somente serão alcançados no momento em que conseguirmos adequar prevenção e promoção de saúde.

A metodologia do desenvolvimento do PCMSO (Programa Médico de Saúde Ocupacional) abrange:

- Estabelecer exames de prevenção e controle de exposição de riscos detectados no ambiente de trabalho, após a antecipação e análise detalhada dos mesmos, seus métodos e processos de trabalho;
- Avaliar os postos de trabalho em conjunto com os Técnicos de Segurança da empresa, com intuito de levantar as condições ambientais e formas de organização do trabalho que possam representar riscos à saúde dos trabalhadores assim como discutir e propor melhorias;
- Programar os exames clínicos e complementares, conforme os riscos encontrados e de acordo com o que determina o Quadro I da NR 7, ou a critério do médico elaborador/coordenador do PCMSO.

## **7. PROGRAMAÇÃO DOS EXAMES**

O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos seguintes exames: (7.4.1)

### **7.1. Exame Admissional**

Deverá obrigatoriamente ser realizado antes do trabalhador iniciar suas atividades laborativas ou ser registrado formalmente como funcionário da empresa. Ressalta-se que o registro só poderá ser feito após a liberação do ASO como APTO:

Após realização da anamnese clínica/ocupacional, exame físico e mental, exames complementares de acordo com o cargo proposto e as necessidades clínicas individuais, se o candidato não apresentar condições laborais para o cargo ou



apresentar alguma patologia/alteração com risco ou agravamento de condições pré-existent o mesmo deverá ser considerado INAPTO.

Será realizada avaliação clínica dando ênfase nas exigências de cada cargo, levando em consideração os riscos inerentes a função e o posto de trabalho, conforme levantamentos prévios já existentes.

## **7.2. Exame Periódico**

O exame periódico tem como objetivo avaliar do ponto de vista médico, verificado sua capacidade física e psíquica para o cargo que exerce, levando em consideração os riscos inerentes à função e ao posto de trabalho, detectando precocemente os possíveis agravos à saúde e os casos de doença ocupacional, que porventura surgirem, através da avaliação clínica, dos exames complementares e da promoção à saúde.

## **7.3. Retorno ao Trabalho**

Deverá ser realizado no 1º dia da volta ao trabalho do trabalhador ausente por período igual ou superior a 30(trinta) dias ou mais de afastamento das atividades laborais, por motivo de doença ocupacional ou não, incluindo licença maternidade.

## **7.4. Mudança de Função**

Entende-se por mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou setor que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança.

Será obrigatoriamente realizado antes da data da mudança.

## **7.5. Demissional**

Será obrigatoriamente realizada até a data de homologação, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de:

- 135 (centro e trinta e cinco) dias para as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR 4;
- 90 (noventa) dias para as empresas de grau de risco 3 e 4, segundo o Quadro I da NR 4.



## 8. EXAMES COMPLEMENTARES

Na detecção de doenças relacionadas ou não ao trabalho ou que possam ser agravadas pelo mesmo, ficará a critério do médico examinador a solicitação de outros exames complementares e/ou encaminhamento a especialistas.

## 9. PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE

A realização de palestras, campanhas e eventos educativos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes e doenças profissionais além de patologias clínicas de uma maneira geral.

O empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, devendo ser ministrada sempre que ocorrer uma mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes ambientais. Será realizada durante a jornada de trabalho e ministrada por profissionais de saúde familiarizados com os riscos inerentes do local.

Na capacitação deverá ser adaptada à evolução do conhecimento e à identificação de novos riscos e deve incluir;

### Promoção da Saúde

Poderão ser agendadas as seguintes palestras durante o ano.

- Dependência Química - Primeiros Socorros
- Prevenção de DST/AIDS- Saúde Anual
- Alcoolismo/ Tabagismo – Doenças Degenerativas
- Hipertensão Arterial– Prevenção da DORT (LER)
- Diabetes Melitus - Obesidade
- Stress

As sugestões aqui representadas retratam a indicação médica preventiva para controle da boa saúde, no entanto estas ações não traduzem a obrigatoriedade por parte da empresa de cumpri-las.

## **10. CUIDADOS COM A SAÚDE DO TRABALHADOR**

### **VACINAÇÃO**

O calendário de vacinação do adulto do Programa Nacional de Imunização, publicado através da Portaria 1.602, prevê que todo adulto deverá ser imunizado contra tétano e difteria (dT), sarampo, caxumba e rubéola (Tríplice viral) e febre amarela (quando viajar ou residir em áreas endêmicas).

## **11. PRIMEIROS SOCORROS**

Todo estabelecimento deverá estar equipado com material necessário à prestação de Primeiros Socorros, considerando-se as características das atividades desenvolvidas e manter esse material guardado em local adequado, aos cuidados de pessoa treinada para esse fim. (ITEM 7.5.1)

Faz parte do programa o treinamento de trabalhadores e técnicas de salvamento, tais como: Ressuscitação, Cuidados com pessoas acidentadas conscientes ou não, Controle de Hemorragias, Fraturas em acidentes graves, Choque Elétrico etc.

O SESMT ou Departamento Pessoal, através de seus representantes deverá manter uma caixa com material destinado a prestação de primeiros socorros, devendo manter pessoal treinado para este fim.

A caixa de primeiros socorros deverá conter:

- Gaze
- Atadura
- Luva de Procedimento
- Tesoura sem ponta
- Algodão
- Esparadrapo
- Termômetro
- Soro fisiológico



## 12. ACIDENTES DE TRABALHO

### ORIENTAÇÕES GERAIS

Nas eventualidades em que houver necessidade de encaminhamento deverá ser seguindo os seguintes procedimentos:

- **Acidentes durante o trabalho**

O trabalhador deverá ser levado ao pronto Socorro acompanhado por alguém autorizado da empresa. Na locomoção deverão ser seguidas as técnicas de primeiros socorros, de preferência por profissional qualificado conforme NR 7, ou, se necessário, acionar o resgate em casos graves. A empresa deverá emitir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Após alta do tratamento, deverá ser encaminhada ao médico do trabalho responsável antes de retornar nas atividades.

- **O trabalhador apresenta queixa de “mal súbito” (dores fortes; desmaios, falta de ar, etc.).**

Deverá ser levado ou encaminhado ao pronto Socorro. Após alta do tratamento, deverá ser encaminhada ao médico do trabalho para reavaliação.

- **O trabalhador apresenta queixa de doença relacionada ao trabalho**

Neste caso deverá se encaminhado ao médico do trabalho para consulta e posterior encaminhamento a especialistas, se necessário.

- **Se no exame médico ocupacional for detectado pelo quadro patológico (laboratorial ou clínico) com evidente nexos casual relacionada ao trabalho**

- Deverá ser solicitada da empresa emissão de CAT e se necessário afastamento da função e/ou encaminhamento para Perícia Médica.

**OBSERVAÇÃO:** Nos casos em que houver necessidade de tratamento médico, o trabalhador deverá ser encaminhado ao SUS exceto, se por iniciativa da empresa, for autorizado atendimento particular.

### 13. ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Para cada exame médico realizado, o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em duas vias.

A primeira via do ASO ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador, inclusive frente de trabalho ou canteiro de obras, a disposição da fiscalização do trabalho e a segunda via será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

O ASO deverá conter no mínimo:

- Nome completo do trabalhador, o número de registro de sua função;
- Os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST;
- Indicação dos procedimentos médicos a que foi submetida ao trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;
- O nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;
- Definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer ou exerceu;
- Nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato;
- Data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no CRM.

Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico coordenador do PCMSO.

Esses registros deverão ser mantidos por período mínimo de 20 (vinte anos) após o desligamento do trabalhador.

Havendo substituição do médico coordenador, os arquivos deverão ser transferidos para seu sucessor.



## **14. EMISSÃO DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO (CAT):**

Será emitida toda vez que um empregado se acidentar durante seu período laboral, seja nas dependências da empresa ou fora dela, desde que a serviço da mesma. Esta emissão deverá ocorrer nas 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência do acidente e ser registrada pela internet no site do INSS.

Tal comunicação também será preenchida e emitida quando da suspeita ou diagnóstico de doença ocupacional.

O acidente de trabalho deverá ser comunicado ao médico do trabalho para que possa ser registrada no prontuário médico do empregado e tomadas outras providências que se fizerem necessárias.

## **15. RELATÓRIO ANUAL**

### **15.1. Objetivo**

Apresentar a todos os empregados, fornecedores e Subfornecedores as ações de saúde planejadas no PCMSO e executadas durante o ano.

### **15.2. Condições específicas**

O Relatório anual do PCMSO é elaborado com base no conteúdo dos relatórios mensais discriminado, por setores da empresa, o número e a natureza dos exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano, tomando como base o modelo proposto no Quadro III da NR 7- Anexo 1.

Deverá ser apresentado e discutido na CIPA, quando existentes na empresa, de acordo com a NR 5, sendo sua cópia anexada no livro de atas daquela comissão.

### 15.3. Considerações

Este Relatório Anual do PCMSO obedece a um planejamento, onde são previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, constando o planejamento para o próximo ano.

Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registradas em prontuário clínico individual, que ficará sob responsabilidade do médico coordenador do PCMSO.

O relatório anual deve ser feito após decorrer um ano da implantação do PCMSO, portanto depende de quando o programa foi efetivamente implantado na empresa. Não há necessidade de envio, registro, ciência, ou qualquer tipo de procedimento deste relatório junto às Delegacias Regionais de Trabalho.

As empresas desobrigadas de indicar médico coordenador ficam dispensadas de elaborar o relatório anual.



## 16. PROGRAMAÇÃO DE EXAMES

| Setor/GHE:<br><b>COLETA</b>   |             |                       |                     |                |             |
|---|-------------|-----------------------|---------------------|----------------|-------------|
| Função:<br><b>Coletor.</b>  |             |                       |                     |                |             |
| Riscos:<br><b>Risco Biológico.</b>  |             |                       |                     |                |             |
| <b>PROGRAMAÇÕES DE EXAMES</b>   |             |                       |                     |                |             |
| Exame   | Admissional | Periódico             | Retorno ao Trabalho | Mud. de Função | Demissional |
| Exame Clínico   | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Hemograma Completo  | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Anti HBS  | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Anti HCV  | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Parcial de Urina  | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| <b>OBSERVAÇÕES</b>  |             |                       |                     |                |             |
| Para os maiores de 45 (quarenta e cinco) anos exames periódicos anual, até 45 anos cada dois anos.<br>Fica a critério do Médico coordenador ou Médico examinador indicar exames complementares, caso verifique tal necessidade na realização do exame clínico e se houver indícios de alterações no quadro de saúde do colaborador. |             |                       |                     |                |             |

Setor/GHE:  
**LIMPEZA**

Função:  
**Auxiliar de Limpeza.**

Riscos:  
**Risco Biológico.**

### PROGRAMAÇÕES DE EXAMES

| Exame              | Admissional | Periódico             | Retorno ao Trabalho | Mud. de Função | Demissional |
|--------------------|-------------|-----------------------|---------------------|----------------|-------------|
| Exame Clínico      | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Hemograma Completo | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Anti HBS           | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Anti HCV           | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |
| Parcial de Urina   | Sim         | Sim, a cada 12 meses. | Sim                 | Sim            | Sim         |

### OBSERVAÇÕES

Para os maiores de 45 (quarenta e cinco) anos exames periódicos anual, até 45 anos cada dois anos.  
 Fica a critério do Médico coordenador ou Médico examinador indicar exames complementares, caso verifique tal necessidade na realização do exame clínico se houver indícios de alterações no quadro de saúde do colaborador.



## 17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Serão de competência da empresa a convocação e controle dos Servidores que deverão realizar cada um dos exames previstos no PCMSO e comunicação ao Médico do Trabalho Coordenador de qualquer suspeita de Doenças Ocupacionais que vier ter conhecimento, seja através de apresentação de laudos médicos ou queixas dos Servidores, fora do período de exames periódicos, para que se possam desencadear as ações normais e legais que o caso requerer.

A administração da empresa será o responsável pela implantação do PCMSO e das medidas de controle recomendadas, assim como, encarregada de proporcionar todo suporte necessário para o desenvolvimento e cumprimento do mesmo.

## 18. RESPONSÁVEL TÉCNICO


**Responsável Técnico:** DR. GERALDO SIKOCKI COLSENTI

**Formação:** MÉDICO DO TRABALHO

**Conselho/Reg.:** CRM 8293/PR

**RQE:** 10612

**São José das Palmeiras, 31 de julho de 2023.**



**Dr. Geraldo Sikocki Colsent**  
**Médico do Trabalho**  
**CRM – 8293/PR**  
**RQE 10612**



# Anexos



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

### Certidão de Inscrição

Certificamos, a pedido da parte interessada, que o(a) Dr.(a) **GERALDO SIKOCKI COLSENTI**, é médico(a) inscrito(a) perante o **Conselho Regional de Medicina do Paraná**, sob o nº. **8293** desde **26/06/2009**, estando habilitado(a) a exercer a medicina neste Estado.

Sem mais para o momento, firmamos o presente.

**Esta Certidão tem validade até o dia 24/10/2023.**

Chave de validação      **1a1b2b3b9v8f8c9s740544fc3321540m18876ughd1xc**

Emitida eletronicamente via internet em **24/06/2023**.

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do CRM-PR: [www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

### Certidão de Especialidades

Certificamos que o(a) Dr.(a) **GERALDO SIKOCKI COLSENTI** - CRM-PR **8293** possui neste Conselho Regional de Medicina do Paraná o(s) seguinte(s) Registro(s) de Especialidade:

| ESPECIALIDADE                | ÁREA DE ATUAÇÃO                | Nº. RQE | DATA       |
|------------------------------|--------------------------------|---------|------------|
| MEDICINA DO TRABALHO         | Anterior à Resolução 1634/2002 | 10612   | 22/11/2000 |
| MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL | Não Informada                  | 10613   | 20/11/2000 |

Sem mais para o momento, firmamos o presente.

Chave de validação **470286c146b201bc18837dffe0678c90518a086**

Emitida eletronicamente via internet em **25/07/2023**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do CRM-PR: [www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br)

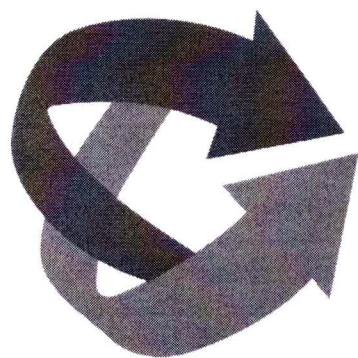


*LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais  
de Trabalho*

*EMPRECAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO*



## **LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO**



**EMPRECAT**  
Serviços Terceirizados

**JULHO 2023**





*LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais  
de Trabalho*

**EMPRECAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO**



## **EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO**



**MARLON SCHNEIDER FAUSTO – CONSULTORIA**  
**CNPJ 35.465.727/0001-29**

## SUMÁRIO

|        |   |    |
|--------|---|----|
| 1.     | Identificação da Empresa .....                                  | 2  |
| 2.     | Objetivo .....  | 4  |
| 3.     | Legislação .....  | 5  |
| 4.     | Identificação dos Setores e das Funções .....                   | 6  |
| 5.     | Descrições das Funções .....                                    | 6  |
| 5.1.   | Coletor .....   | 6  |
| 5.2.   | Auxiliar de Limpeza.....  | 6  |
| 6.     | Avaliação Qualitativa/Quantitativa – Quadro de Medições.....    | 7  |
| 7.     | Metodologia e Procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo ..... | 9  |
| 7.1.   | Avaliação do Agente Nocivo Ruído.....                           | 9  |
| 7.1.1. | Equipamentos Utilizados.....                                    | 9  |
| 8.     | Conclusões.....   | 10 |
| 9.     | TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC.....                      | 11 |
| 10.    | EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI .....                 | 11 |
| 11.    | Quadro de Insalubridade e Aposentadoria Especial.....           | 12 |
| 12.    | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                       | 12 |
| 13.    | RESPONSÁVEL TÉCNICO .....                                       | 13 |



## **LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO**

### **1. Identificação da Empresa**

**Razão social:** EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO AMINISTRATIVO

**Endereço:** RUA ANTONIO ALVES VAZ N° 437, ALTO ALEGRE,  
CATANDUVAS – PR

**Fone:** (45) 99822 - 8996

**CNPJ:** 77.108.330/0001-20

**Atividade Principal:** SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E  
RECEPÇÕES – BUFÊ.

**CNAE:** 56.20-1-02

**Grau de Risco:** 02

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS  
PALMEIRAS**

## 2. Objetivo

O LTCAT tem por finalidade cumprir as exigências da legislação previdenciária – Art. 58 da Lei nº 9.528 10/12/1997, dar sustentabilidade técnica às condições ambientais existentes na empresa e subsidiar o enquadramento de tais atividades no referente ao recolhimento das denominadas Alíquotas Suplementares do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) criadas pelo texto da Lei nº 9.732 de 11/12/1998.

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT contempla as análises de todas as funções existentes na empresa, mesmo daquelas em que não exista efetiva exposição a agentes nocivos, como um meio de assegurar atendimento a Legislação, e afirmar que o trabalhador não está exposto aos eventuais agentes nocivos existentes na empresa.



### 3. Legislação

A avaliação seguiu a Lei nº 6.514, de dezembro de 1977, enquadrando-se nas Normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, e modificações posteriores, contidas no Capítulo V, Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativas à Segurança e Medicina do trabalho.

Seguiu, ainda, o Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999 da Previdência da República, que aprovou o Regulamento da previdência Social, enquadrando-se na Instrução Normativa nº 57, de 10/10/2001, do diretor – presidente, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E de acordo com o Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo – ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

O art. 68 do decreto 3.048, estabelece no parágrafo 4º que: a empresa que não mantiver laudo atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeito à penalidade prevista no art. 283.

#### 4. Identificação dos Setores e das Funções

| SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS |                     |  |
|------------------------|---------------------|--|
| SETOR/GHE              | FUNÇÕES             |  |
| COLETA                 | Coletor             |  |
| LIMPEZA                | Auxiliar de Limpeza |  |

#### 5. Descrições das Funções

##### 5.1. Coletor

- Realiza a coleta de lixo domiciliar no perímetro municipal;
- Realiza atividades de natureza operacional a fim de executar serviços em ambiente externo, com as ações operativas de varrer, limpar, lavar, transportar, carregar, levantar e capinar, em benefício do exercício das funções necessárias ao adequado funcionamento da Administração Municipal.

##### 5.2. Auxiliar de Limpeza

- Realizar serviços de limpeza e conservação das áreas internas dos prédios públicos;
- Controlar e conservar o mobiliário, equipamentos e materiais;
- Auxiliar na manutenção da disciplina, da ordem e limpeza em geral;
- Executar outras tarefas relacionadas com sua área de atuação, que forem determinadas pela chefia imediata, e outras atividades afins.



## 6. Avaliação Qualitativa/Quantitativa – Quadro de Medições

**Setor:** COLETA

**Máquinas/Equipamentos:** N.A.

**Limites de Tolerância:** RUÍDO 85 dB(A)

**Características Físicas:** O funcionário desempenha suas atividades em todo o perímetro do município.

|  |   |                           |                         |  |
|--|---|---------------------------|-------------------------|--|
| Funções GHE  | - Coletor.  |                           |                         |  |
| TIPO   | FATOR DE RISCO  | INTENSIDADE/ CONCENTRAÇÃO | EXPOSIÇÃO AO AGENTE     | EPI's  |
| Físico   | Ruído   | 73 dB(A)                  | Habitual e Intermitente | N.A.   |
|  | Radiação Não Ionizantes   | Avaliação Qualitativa     | Habitual e Intermitente | Protetor Solar com Fator FPS 30 e Óculos de Segurança com Proteção UV. |
| Observações  | Não foram constatadas exposições nocivas dos colaboradores aos agentes físicos.   |                           |                         |  |
| Químico  | N.A.  | N.A.                      | N.A.                    | N.A.   |
| Observações  |   |                           |                         |  |
| Biológico  | Vírus, Bactérias e Protozoários   | Avaliação Qualitativa     | Habitual e Permanente   | Calçado de Segurança, Luva e Uniforme                                  |
| Observações  | Foram encontradas nas avaliações qualitativas atividades que envolvam Agentes Biológicos para os colaboradores, eles mantêm contato com os mesmos para executar suas tarefas laborativas, conforme a NR-15, Anexo 14; da Lei 6.514, de 22/12/77, Portaria N° 3.214,08/06/78. Para as situações de risco devem-se estabelecer medidas preventivas adequadas ao fator humano, às matérias-primas e aos equipamentos de trabalho. A atuação deverá ter como objetivo principal criar e manter condições de trabalho de forma que não prejudiquem a saúde dos trabalhadores e que sejam as mais adequadas à psicologia e fisiologia dos trabalhadores. Prevenindo assim o aparecimento de doenças profissionais e aumentando o bem-estar psicossocial e simultaneamente a produtividade e a satisfação no trabalho. |                           |                         |  |
| CONCLUSÃO  |   |                           |                         |  |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE FGTS E DE INFORMAÇÕES A PREVIDENCIA SOCIAL GFIP  |   |                           |                         |  |
| CÓDIGO: 04 – Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho)  |   |                           |                         |  |
| APOSENTADORIA ESPECIAL: Fundamentado no Decreto 3.048/99 - Anexo IV, que regulamenta a matéria, concluímos que as atividades desenvolvidas <u>SE enquadram como atividade especial, COM DIREITO à contagem de tempo diferenciado para aposentadoria especial</u> , conforme preconiza o item 3.0.1 do Anexo IV do Decreto Lei N° 3.048/99. |   |                           |                         |  |



**Setor:** LIMPEZA

**Máquinas/Equipamentos:** Utensílios Domésticos.

**Limites de Tolerância:** RUÍDO 85 dB(A)

**Características Físicas:** O ambiente construído em alvenaria, com laje, piso em cerâmica, com iluminação natural e artificial, ventilação natural e Artificial, com mobiliário compatível com as funções desempenhadas.

|  |  |                           |                         |  |
|--|--|---------------------------|-------------------------|--|
| Funções GHE  | - Auxiliar de Limpeza.   |                           |                         |  |
| TIPO   | FATOR DE RISCO   | INTENSIDADE/ CONCENTRAÇÃO | EXPOSIÇÃO AO AGENTE     | EPI's                                  |
| Físico   | Ruído  | 69 dB(A)                  | Habitual e Permanente   | N.A.                                   |
| Observações  | Não foram constatadas exposições nocivas dos colaboradores aos agentes físicos.  |                           |                         |  |
| Químico  | Produtos Domissanitários   | Avaliação Qualitativa     | Habitual e Intermitente | Luva Nitrílica, Bota de PVC e Avental. |
| Observações  | Não foram constatadas exposições a agentes químicos nocivos à saúde do trabalhador.  |                           |                         |  |
| Biológico  | Vírus, Bactérias e Protozoários  | Avaliação Qualitativa     | Habitual e Intermitente | Luva Nitrílica, Bota de PVC e Avental. |
| Observações  | Foram encontradas nas avaliações qualitativas atividades que envolvam Agentes Biológicos para os colaboradores, eles mantêm contato com os mesmos para executar suas tarefas laborativas conforme a NR-15, Anexo 14; da Lei 6.514, de 22/12/77, Portaria N° 3.214,08/06/78. Para as situações de risco devem-se estabelecer medidas preventivas adequadas ao fator humano, às matérias-primas e aos equipamentos de trabalho. A atuação deverá ter como objetivo principal criar e manter condições de trabalho de forma que não prejudiquem a saúde dos trabalhadores e que sejam as mais adequadas à psicologia e fisiologia dos trabalhadores. Prevenindo assim o aparecimento de doenças profissionais e aumentando o bem-estar psicossocial e simultaneamente a produtividade e a satisfação no trabalho. |                           |                         |  |
| CONCLUSÃO  |  |                           |                         |  |
| GUIA DE RECOLHIMENTO DE FGTS E DE INFORMAÇÕES A PREVIDENCIA SOCIAL GFIP  |  |                           |                         |  |
| CÓDIGO: 04 – Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho)  |  |                           |                         |  |
| APOSENTADORIA ESPECIAL: Fundamentado no Decreto 3.048/99 - Anexo IV, que regulamenta a matéria, concluímos que as atividades desenvolvidas <u>SE enquadram como atividade especial, COM DIREITO à contagem de tempo diferenciado para aposentadoria especial</u> , conforme preconiza o item 3.0.1 do Anexo IV do Decreto Lei N° 3.048/99. |  |                           |                         |  |



## **7. Metodologia e Procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo**

Foram observadas as Normas Regulamentadoras (Capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho), aprovadas pela Portaria 3.214 de 08 de julho de 1978, considerando os limites de tolerância definidos nestas Normas e avaliações procedidas segundo as metodologias e procedimentos recomendados pelas Normas de Higiene Ocupacional – NHO da FUNDACENTRO.

### **7.1. Avaliação do Agente Nocivo Ruído**

A avaliação do agente Ruído foi realizada de acordo com a metodologia e procedimentos definidos pelo NHO – 01 da FUNDACENTRO, com as fórmulas ajustadas com o incremento de duplicidade da dose igual a 5 e os limites de tolerância definidos no Anexo I da NR 15 do MTE.

#### **7.1.1. Equipamentos Utilizados**

Os equipamentos utilizados para realizar as amostragens de ruído foram o audiodosímetro SmartdB da marca Chrompack.

As avaliações foram representativas nas condições reais de exposição ocupacional de cada grupo homogêneo de trabalhadores, cobrindo todas as condições operacionais e ambientais habituais, que envolvem os trabalhadores no exercício das suas funções, após a repetição de vários ciclos de exposição durante a jornada de trabalho (os ciclos de trabalho foram determinados pela observação das atividades desenvolvidas, entrevistas com trabalhadores e informações da gerência dos setores).

Antes de iniciar as medições verificou-se a integridade eletromecânica e coerência das leituras do instrumento, realizando a calibração de acordo com as orientações do fabricante com o respectivo calibrador acústico.

### **7.2. Avaliação dos Agentes Biológicos**

De acordo com a legislação previdenciária, consideram-se agentes biológicos: bactérias, fungos, protozoários, parasitas, vírus e outros que tenham a capacidade de causar doenças ou lesões em diversos graus nos seres humanos e que podem ser chamados de patógenos.

Na legislação trabalhista, segundo a portaria 3.214, de 1978, do TEM, em sua NR 09, consideram agentes biológicos bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus entre outros. E de acordo com a NR 32 da portaria acima referida, agentes

biológicos são microrganismos, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.

A avaliação dos agentes biológicos é realizada de forma Qualitativa de acordo com a NR 15, anexo XIV da portaria 3.214, de 1978, do MTE.

## 8. Conclusões

Os resultados obtidos das avaliações estão descritos de acordo com o Grupo Homogêneo de Exposição – GHE.

**COLETA:** Para este GHE foi identificado um possível agente nocivo, o agente biológico.

Para este agente foram realizadas avaliações qualitativas das atividades desenvolvidas nesse GHE, com base no Anexo XIV da NR 15 do MTE, que diz:

*Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa.*

### **Insalubridade de grau máximo**

*Trabalho ou operações, em contato permanente com:*

- *pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;*
- *carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunclose, brucelose, tuberculose);*
- *esgotos (galerias e tanques); e*
- *lixo urbano (coleta e industrialização).*

Dessa maneira concluímos que as atividades desenvolvidas nesse GHE são consideradas **INSALUBRES** em **GRAU MÁXIMO** devido ao agente nocivo **AGENTES BIOLÓGICOS**, e que os funcionários **POSSUEM** direito à Aposentadoria Especial.

**LIMPEZA:** Para este GHE foi identificado um possível agente nocivo, o agente biológico.

Para este agente foram realizadas avaliações qualitativas das atividades desenvolvidas nesse GHE, com base no Anexo XIV da NR 15 do MTE, que diz:

*Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa.*



**Insalubridade de grau médio**

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagante, em:

- hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);
- hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);
- contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos;
- laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);
- gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);
- cemitérios (exumação de corpos); - estábulos e cavalariças; e - resíduos de animais deteriorados.

Dessa maneira concluímos que as atividades desenvolvidas nesse GHE são consideradas **INSALUBRES** em **GRAU MÉDIO** devido ao agente nocivo **AGENTES BIOLÓGICOS**, e que os funcionários do GHE **POSSUEM** direito à Aposentadoria Especial.

**9. TECNOLOGIA DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC**

- N.A.

**10. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

Os equipamentos de proteção individual que a empresa deve fornecer aos seus colaboradores são:

|                      |  |
|----------------------|--|
| Luva Nitrílica       |  |
| Bota de PVC          |  |
| Avental              |  |
| Calçado de Segurança |  |

O quadro a seguir mostra o resumo do laudo referente à INSALUBRIDADE e ao direito de APOSENTADORIA ESPECIAL.

## 11. Quadro de Insalubridade e Aposentadoria Especial

| SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS |                     |                        |                        |
|------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|
| SETOR/GHE              | FUNÇÕES             | INSALUBRIDADE          | APOSENTADORIA ESPECIAL |
| COLETA                 | Coletor             | SIM<br>(Adicional 40%) | SIM<br>(25 anos)       |
| LIMPEZA                | Auxiliar de Limpeza | SIM<br>(Adicional 20%) | SIM<br>(25 anos)       |

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Realização da Perícia:

A perícia e as avaliações foram realizadas *in loco* de acordo com a legislação vigente.



### 13. RESPONSÁVEL TÉCNICO

**Responsável Técnico:** MARLON SCHNEIDER FAUSTO

**Formação:** ENGENHEIRO QUÍMICO E DE SEGURANÇA DO TRABALHO

**Conselho/Reg.:** CREA PR – 91.592/D

**ART nº:** 1720226192192

**Endereço:** AV. TARUMÃ Nº 2290, CENTRO, QUEDAS DO IGUAÇU – PR

**Fone:** (46) 99970 – 0022

**E-mail:** [marlon\\_quedas@yahoo.com.br](mailto:marlon_quedas@yahoo.com.br)

**NIT (PIS/PASEP):** 130.28145.53-6

**São José das Palmeiras, 31 de julho de 2023.**

MARLON  
SCHNEIDER  
FAUSTO  
CONSULTORIA:3546  
5727000129

Assinado de forma digital  
por MARLON SCHNEIDER  
FAUSTO  
CONSULTORIA:3546572700  
0129  
Dados: 2023.08.07 13:26:29  
+03'00'

**Marlon Schneider Fausto**  
**Engenheiro de Segurança do Trabalho**  
**CREA PR – 91.592/D**

# ***Anexos***





1. Responsável Técnico

**MARLON SCHNEIDER FAUSTO**

Título profissional:

**ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Empresa Contratada: **MARLON SCHNEIDER FAUSTO 04633658956**

RNP: **1703140834**

Carteira: **PR-91592/D**

Registro/Visto: **71281**

2. Dados do Contrato

Contratante: **EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI**

CNPJ: **77.108.330/0001-20**

RUA ANTONIO ALVES VAZ, 437

ALTO ALEGRE - CATANDUVAS/PR 85470-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 01/11/2022

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RODOVIA PR 471, S/N

PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS ZONA RURAL - CATANDUVAS/PR 85470-000

Data de Início: 02/03/2023

Previsão de término: 02/06/2023

Proprietário: **EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI**

CNPJ: **77.108.330/0001-20**

4. Atividade Técnica

[Laudo] de periculosidade

[Laudo] de insalubridade

[Laudo] de laudo de condições ambientais de trabalho - LTCAT

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

| Quantidade | Unidade |
|------------|---------|
| 1,00       | UNID    |
| 1,00       | UNID    |
| 1,00       | UNID    |

5. Observações

A visita será realizada na PFCAT no dia 02/03/2023 acompanhada pelo Ag. Matheus Henrique Bovetto Vitorino.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARLON SCHNEIDER FAUSTO, registro Crea-PR PR-91592/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 01/03/2023 e hora 14h43.

EMPREGAT SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS - EIRELI - CNPJ: 77.108.330/0001-20

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br).
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)  
Central de atendimento: 0800 041 0067



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 96,62

Registrada em : 01/03/2023

Valor Pago: R\$ 96,62

Nosso número: 2410101720231099758



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná







República Federativa do Brasil  
Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná



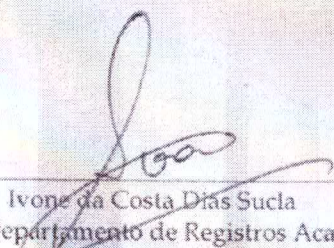
# Certificado de Especialização

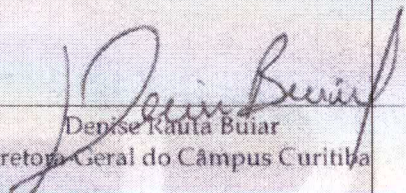
A Diretora-Geral do Câmpus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná concede este certificado a

**Marlon Schneider Fausto**

portador do documento de identidade 60506698/PR, inscrito no CPF 046.336.589-56, por ter concluído o **Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho**, em nível de Pós-Graduação *lato sensu*, ministrado por esta Universidade, em conformidade com a Resolução nº 01, de 08 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação e com a Deliberação nº 05/2002, de 09 de agosto de 2002, do Conselho Universitário da UTFPR.

Curitiba, 12 de dezembro de 2013.

  
Ivone da Costa Dias Sucla  
Chefe do Departamento de Registros Acadêmicos

  
Denise Kautz Buiar  
Diretora-Geral do Câmpus Curitiba